

Estado capitalista e serviço social: o neodesenvolvimentismo em questão

PAULA, R. F. dos S. *Estado capitalista e serviço social: o neodesenvolvimentismo em questão*. Campinas: Papel Social, 2016. 450p.

Por Heloisa Helena Mesquita Maciel

Resenha recebida: maio de 2019

Resenha aprovada: julho de 2019

O livro está organizado em 4 capítulos. O primeiro capítulo tem por tema Estado e razão moderna que está assim distribuído: 1. Política e Conhecimento; 2. A problemática do Estado; 3. Estado e racionalidade, subdividido em: 3.1. De Maquiavel a Hegel; 3.2. Marx e os marxistas; 3.3. A tradição liberal. Neste capítulo, o autor faz um percurso sobre a preocupação dos seres humanos para explicar fatos e fenômenos que circundam suas vidas e o fazem inicialmente na perspectiva da vontade sobrenatural, com explicações teocêntricas e, posteriormente, avançam por diferentes campos de conhecimento, presentes em amplos estudos em diferentes países e em diferentes períodos históricos e se ancoram em diversos regimes políticos, que levam a afirmar que:

[...] a raiz comum dessas “ciências Sociais” está na necessidade imperativa de construir, pela razão lógica-abstrata e/ou empírica, explicações precedidas de métodos, para as questões afetas ao poder e ao Estado. Esses são tomados como variáveis interdependentes e a categoria política que os une adquire ênfase diferenciada, a depender dos motivos que suscitam sua análise, do método ao resultado. (p.60).

Sintetiza afirmando que as motivações que levam os seres humanos a pensar e a fazer políticas, de sua essência à técnica, não prescindem da interdependência de categorias, como Estado e poder, o que leva ao consenso no campo das ciências sociais que o Estado seja seu objeto estruturante, juntamente com outras categorias como sociedade, ao mesmo tempo em que se tornam elementos constitutivos para a formulação do pensamento crítico. Segundo o autor, as formulações sobre o Estado, ao longo da história, estão condicionadas à prevalência do complexo ideológico burguês de determinados tempos que busca encobrir as contradições engendradas por seu sistema socioeconômico.

Ao tratar da problemática do Estado no item 2, o autor ressalta a preocupação dos intelectuais em explicar e entender como funcionou a sociedade humana em todos os tempos e nela o próprio Estado destacando o interesse de conferir direcionamento político e ideológico a esse Estado, ficando claro um processo de disputa. Nesse sentido, afirma que a presença de uma articulação intencional pode se dar por meio de partidos políticos, organizações sindicais, entre outras, “sempre na direção de corroborar ou refutar grandes e pequena construções teóricas que tiveram o Estado como objeto de análise de modo direto ou indireto”, esclarecendo que os diferentes governos fazem uso das mesmas para colocar em prática seus postulados, dando materialidade a programas de governo, por exemplo, mas também podem ser usados para defender o fortalecimento ou enfraquecimento, existência ou inexistência do Estado. Ou seja, o Estado é um fenômeno histórico e relacional e, quando dotado de obrigações positivas, entra em ação e exerce papéis como o de elaborador de regulações sociais. Assim, protagoniza atos em favor de seu próprio desenvolvimento em “reciprocidade e ética com o desenvolvimento do modo de produção capitalista”.

Na última parte do primeiro capítulo, ao tratar de Estado e Racionalidade, o autor destaca que definir e pensar o Estado vêm sendo preocupação de intelectuais e estadistas e o fazem em diferentes

perspectivas, ideologias e práticas, que expressam duas formas essenciais de embate ideopolítico: o liberalismo, guiado pelo primado da política econômica burguesa e o socialismo com tendências a uma heterogeneidade de acepções que vão desde a social-democracia até o capitalismo humanizado. Destaca que a problemática do Estado foi se metaformoseando e hoje elenca categorias para a análise de diferentes nuances conceituais, teóricas, políticas, metodológicas e éticas. Conclui esclarecendo não estar apurando teorias do Estado, mas sim explicitando a construção evolutiva de um pensar crítico que inter-relaciona normatividade e operatividade como contribuição ao estudo do Estado na contemporaneidade. Nesse sentido, faz um resgate de diferentes pensadores e as formas diversas como entenderam o Estado que em muito pode contribuir para os estudos, análises e práticas. Ao final do capítulo afirma:

As perspectivas de desenvolvimento dos Estados e das sociedades emergem também num campo de disputas mediadas pela concertação inevitável entre econômico e político, com ênfases históricas diferenciadas e afetas ora ao pragmatismo das estratégias de desenvolvimento ora aos rumos conceituais e filosóficos dos destinos das sociedades que evoluem. (p. 162).

Desse modo, o Estado-desenvolvimento-capitalismo fazem parte de um mesmo complexo tenso e contraditório.

O segundo capítulo intitulado Estado e desenvolvimento: esboço de interpretação histórica está assim organizado: 1. O primado do trabalho no desenvolvimento capitalista; 2. Estado e desenvolvimento; 3. Desenvolvimentismo como momento de síntese do desenvolvimento capitalista e o “caso” brasileiro; 3.1 Protoformas; 3.2 A crise do café; 3.3 A Era Vargas; 3.4 O Plano de Metas de Juscelino Kubitscheck; 3.5 O desenvolvimentismo autocrático burguês; 4. Redemocratização e o nascimento do ajuste neoliberal brasileiro; 4.1 O Plano Cruzado (1986); 4.2 O Plano Bresser (1987); 4.3 O Plano Verão (1989); 4.4 O Plano Collor I e II (1990-1991); 4.5 O Plano Real (1994).

O autor inicia suas reflexões afirmando que sua análise parte do Estado capitalista. Sendo assim, sua concepção qualquer que seja o fulcro de sustentação ideopolítica que o interprete, exige que o faça de modo associado às relações de produção que tipificam a formação social em que se assenta, o que envolve tratar das transformações do Estado capitalista em nível superestrutural. Ressalta, então, que o desenvolvimento é condição de existência do capitalismo que conta sempre com a participação do Estado, por vezes como coadjuvante ou como protagonista. Trata-se de uma interferência estatal planejada, abrangente, com apelos ideopolíticos visando à adesão popular. Assim, sustenta a espoliação do trabalho, base para o desenvolvimento capitalista onde a extração da mais-valia como ideal do capitalismo que leva ao aumento da produtividade com o apoio de tecnologias. Trata-se de um processo em que o desenvolvimento está no cerne das contradições do modo de produção capitalista em uma visão trabalhada por Marx e seus seguidores, para os quais o desenvolvimento capitalista não se reduz à exposição racional e crítica da mercadoria e demonstra a construção dialética produção-reprodução social e as relações sociais que dali se constroem são desfavoráveis aos trabalhadores.

Avançando na relação Estado e desenvolvimento passa pelo feudalismo e vai no capitalismo resgatar a força e a supremacia do Estado burguês e a burguesia sobre as massas para naturalizar o modelo que avançou e consolidou a democracia liberal de massas e a relação base econômica e modo político de Estado. O resultado é a perda de limites civilizatórios e a rendição ao institucionalismo, uma guinada à direita que o autor atribui, também, ao abandono gradual de problematizações totalizadoras acerca do Estado capitalista na ciência e na prática política. Faz destaque ao Brasil nos anos 1970 e ao fôlego do processo ideopolítico que tem o reformismo e contrarreformismo, o patrimonialismo, o clientelismo, o fisiologismo político, o mandonismo local, entre outras expressões do poder de classe burguês. Conclui

afirmando ser no interior do Estado e da sociedade que se evidenciam as sínteses da dinâmica social com precisão.

Ao focar o desenvolvimentismo como momento de síntese do desenvolvimento capitalista e fazer destaque ao “caso” brasileiro, o autor inicia fazendo reflexões a própria palavra desenvolvimento que se torna, também, um conceito econômico referindo-se a países que apresentam no conjunto de suas forças produtivas, condições adequadas para superar um modo social de vida vigente considerado ultrapassado; e, pressionado pela evolução dessas forças e a luta de classes a ela inerente, tende a substituí-lo por novos padrões produtivos e novas relações sociais, configurando não apenas a evolução civilizatória que representa, mas também suas crises estruturais e cíclicas, permanecendo associada à evolução social capitalista e a sua naturalizada barbárie. Associado ao modo de organização da vida social, ao desenvolvimento em ação e a evolução humano-social, leva ao entendimento do desenvolvimentismo nos marcos da revolução técnica e científica que marcaram a transição do século XVIII para o XIX conhecida como Revolução Industrial – que se coloca como condição essencial para o desenvolvimento – amparadas por medidas estatais denominadas desenvolvimentistas. Esta é uma posição acompanhada de um corolário político e ideológico que coloca o desenvolvimentismo como elemento constituinte dos processos reprodutivos do capital e análogo ao desenvolvimento humano, portanto civilizatório e almejado por todos. No limite trata-se do processo de acumulação do capital e as formas de sociabilidade que lhe dão legitimidade, mesmo diante dos problemas que lhe são afetos. Tal fato despertou no Brasil estudos nem sempre convergentes em torno das questões relacionadas ao desenvolvimento, configuradas como subdesenvolvimento e desenvolvimentismo sempre colocando em jogo o conjunto de políticas que impulsionam o crescimento econômico com medidas de predominância estatal em conjunturas políticas diversas, sempre orientadas por uma concertação entre o Estado e o mercado.

De modo que os empreendimentos não preenchem apenas a agenda governamental, mas se tonam a razão de ser do próprio governo e na alienação política e vulgarização do próprio Estado.

No Brasil, o refinamento político, que une as estratégias do núcleo duro do desenvolvimentismo às ideologias burguesas que o sustentam são de longa data, e carregam consigo a propriedade de constituir-se como eixo aglutinador do debate sobre a economia política apenas pela inevitabilidade das categorias que congrega. Da Colônia aos dias atuais, projetos econômicos têm balizado o desenvolvimento brasileiro de maneiras diferenciadas analisadas, pelo autor, nos itens: 3.1 das protoformas; 3.2 da crise do café; 3.3 da Era Vargas; 3.4 do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek; 3.5 do desenvolvimentismo autocrático burguês. Embora não detalhados no momento, é possível destacar nas revoltas nativas ou nas revoltas emancipacionistas contra os comandos portugueses a ideia de soberania nacional e reivindicações de um capitalismo moderno, orientados por dois elementos que se tornaram típicos do desenvolvimentismo brasileiro: o nacionalismo e o liberalismo.

Vargas no poder, as conquistas trabalhistas, o desenvolvimentismo fortalecido, o intervencionismo quase irrestrito do Estado cujas medidas vão configurar mais tarde como um núcleo duro do desenvolvimentismo na fase de implantação nacional. O café, a oligarquia cafeeira e a tensa relação com a burguesia do leite, a entrada em cena dos Bancos estaduais e do crédito e o olhar para a exportação, ao mesmo tempo em que as consequências da crise de 1929 se fazem presente, o modelo agrário-exportador da produção cafeeira no sudeste dá lugar a industrialização. O Estado Novo e a chegada do desenvolvimentismo. A crise do café, cenário econômico refletindo no político (política do café com leite), o fim da Primeira República, retorno de Vargas ao poder. A Era Vargas, a atenção ao mercado interno, a chegada do algodão e da indústria têxtil, diversificação da oferta à indústria, investimentos em infraestrutura. Entre as marcas do

período destaca-se o entendimento acerca das estratégias e alcance da política econômica, potencialização de aspecto estruturante das políticas sociais por nelas estarem contidas as formas essenciais de reprodução social com impactos diretos na coesão social. A Educação ganha espaço na política social e na agenda governamental, com intuito de responder ao ciclo de desenvolvimento, posteriormente cria-se o Ministério da Educação e Saúde, Ministério do Trabalho e ampliam-se leis e direitos trabalhistas, ascensão de classes populares, fim do nacionalismo com o suicídio de Vargas.

Ganha lugar o desenvolvimentismo acompanhado do Plano de Metas do governo Kubitschek e novas formas do Estado atuar como agente indutor do desenvolvimento capitalista com a renovação das formas de acumulação de capital e o reordenamento funcional do mundo do trabalho motivado pelos incrementos à produção. A inflação e o programa anti-inflacionário, a abertura do Brasil ao capital estrangeiro, o burocratismo e o tecnicismo, aumento de consumo, mobilidade social, recessão, desemprego. O desenvolvimentismo autocrático burguês conviveu com medidas de controle, com investimentos em infraestrutura como usinas hidroelétricas e a expansão da Petrobras, Vale do Rio Doce e Telebrás, com exportações agrícolas e expansão da indústria, com o “milagre econômico” que não perdura. O declínio do surto desenvolvimentista também se reflete na vida política do país, acirrando o conflito de classes e a distensão “lenta, segura e gradual” do regime ditatorial. Assim, chega-se ao item 4. Redemocratização e o nascimento do ajuste neoliberal: 4.1 Plano Cruzado (1986); 4.2 O Plano Bresser (1987); 4.3 O Plano Verão (1989); 4.4 Plano Collor I e II (1990-1991); 4.5 O Plano Real (1994). A redemocratização, fim da ditadura civil-militar no Brasil que contou com a mobilização e lutas travadas por amplos setores da sociedade e ao consenso entre as frações da classe dominante. Também o nascimento do ajuste neoliberal brasileiro com a conivência em estrangular a vida econômica presente e de várias gerações, expressos no aumento da desigualdade e da

pobreza. Explicita-se a contradição mais elementar do capitalismo – o aumento exponencial da riqueza em consonância com a expropriação do trabalho. Cenário facilitador para as Diretas Já e para a formulação de Planos que desafiam presidentes, às vezes gerando popularidade, às vezes não; às vezes contrariando interesses da sociedade brasileira interesses conservadores no Congresso, ou por vezes conseguindo agradar os altos estratos da sociedade brasileira e da classe trabalhadora, que via seu poder aquisitivo crescer em conformidade ao aumento dos preços, uma vez que o padrão de sociabilidade burguesa se parametriza crescentemente pelo consumo.

O autor chega ao terceiro capítulo compartilhando reflexões sobre o Novo-desenvolvimentismo ou neoliberalismo à brasileira?: continuidades e rupturas que será assim explorado: 1. Modo de produção, expropriação e fluxos do capital; 2. Acumulação, fetichismo e a crítica marxista ao desenvolvimentismo; 3. Sistema de Reciprocidade e dependência neoliberal; 4. Novo-desenvolvimentismo ou neoliberalismo à brasileira?: continuidades e rupturas; 4.1 Fase contrarreformista; 4.2 Fase de consolidação do neoliberalismo à brasileira; 5. A política social do neoliberalismo à brasileira: fugindo às injunções lineares. A exposição desse capítulo traz um primoroso resgate do fluxo do capital partindo do entendimento que se contrapõe a ideia, advogada por alguns, sobre o fim do trabalho como condição ao fim da história e se soma a posições que se sobrepõem aos pós-modernos afirmando que, a força de trabalho e o trabalho permanecem cruciais para os sujeitos envolvidos no processo de produção e reprodução social da vida, condicionados pela posição que ocupam na teia societária de classes. Ao mesmo tempo, reconhece que a incorporação das novas teses surte efeitos deletérios na maneira como o modo de produção se materializa a partir de então, pois pressupõe um reordenamento da lógica que historicamente formata as sociedades capitalistas contemporâneas. O que no Brasil levou ao processo com contrarreformismo (1990) que, mesmo destituindo o Estado da legitimidade

que lhe que lhe é conferida pela sociedade para regular a vida social sob o primado público, acabou por invocar a supremacia do mercado apostando nas novas configurações desse mesmo mercado que se preparava para se modernizar e receber sem barreiras o capital portador de juros, cujas relações sociais a ela inerentes prescindiriam da sociabilidade do e pelo trabalho, podendo se deslocar para a ciência, a comunicação ou outras esferas da vida à sua escolha. Ali o feiticismo capitalista encontrava suas bases para reproduzir-se sem impedimentos. A liberação econômica como medida de ajuste para os países periféricos em crise foi assentada no solo mítico de que, a preponderância das atividades de caráter puramente monetário funcionaria como mola propulsora para um novo modo de acumulação e desenvolvimento, o que não era tão novo pois Marx já o anunciara. Como o objetivo permanente é o aumento do lucro pela expropriação, os juros que se tornam mercadoria dizem respeito a uma parcela da mais-valia que será destinada à remuneração do capital.

As metamorfoses sofridas ao longo dos tempos no processo de inovação das formas de crédito pela intermediação contratadas caracteriza a especulação, possibilitando o surgimento, a diversificação e a ampliação das atividades monetárias-financeiras e agudiza o fetichismo. O capital portador de juros, embora se distinga do capital produtivo, assemelha-se a esse quando, para sua reprodução, tem que se converter ele mesmo em mercadoria. Desse modo, carrega consigo um valor de uso, base da tendência crescente da acumulação. Constata-se que o distanciamento do capital monetário produtivo no processo de circulação e acumulação, não implica a inexistência de uma relação entre eles. O que ocorre é um processo de invisibilidade no trânsito entre o capital, usuário e o processo que gera mais-valia. Observa-se, também, uma clara articulação entre o econômico e o político, assim o papel econômico do Estado se exacerba e reconfigura seu lugar de dominância ante as demais instâncias e funções que o compõem, e mesmo nas democracias liberais se nota o fortalecimento da

ISSN: 2238-9091 (Online)

função econômica do Estado em detrimento das instituições (partidos, movimentos sociais, parlamentos etc.) e de modo relativo, de algumas frações da classe dominante. A relação de dominância do capital financeiro convive com os demais e possibilita sempre em perspectiva futura o aumento dos ganhos para os envolvidos. Mas também os arrasta nas crises, o chamado caráter global da crise, o que não quer dizer que ela seja igual para todos em suas consequências, impactos e soluções. Fato que, os ciclos de expansão capitalista não existem sem o período de crise e, na quarta grande crise sistêmica as dificuldades no processo de acumulação do capital sofre deslocamento dos padrões produtivos e ganham espaço as tecnologias de informação e com ela uma comunidade financeira global que está para além dos Estados Nacionais, sem pátria ou território, suplantando histórias, cultura e sonhos dos povos no mundo em defesa de sua autorreprodução.

O Brasil e a América Latina não estão fora dos projetos políticos desenvolvimentistas e nunca abriram mão do suporte monetário e financeiro do capital estrangeiro (teoria da dependência) do mesmo modo, não podem se opor as “soluções” e as regras impostas, por exemplo, pelo Consenso de Washington, responsável por idealizar e por propagar a agenda neoliberal. Assim, nos anos 1990 no contexto da implantação dos ajustes duas fases se destacam: a da contrarreforma, onde o projeto de estabilização monetária está demarcado pelo Plano Real e nas primeiras experimentações (re)democráticas do país, e a etapa do experimentalismo que perdura, onde estão presentes o processo de financeirização, níveis crescentes de expropriação do trabalho, da terra, dos direitos etc..

O Estado burguês ao acomodar os interesses da classe dominante e suas frações em seu interior, orientada na democracia liberal, legitima a democracia em sua forma liberal, somando forças e interesses do capitalismo, amparada pela Constituição Federal de 1988. O cenário percorrido pelo autor, a partir de então, considera o fato de o momento atual ser o mais longo período de democracia ininterrupta no país

(1985-...); identifica uma acomodação de interesses dominantes tanto no Estado como nas instituições do regime democrático que condicionaram não apenas a retração das pautas contestatórias da classe trabalhadora como, também, possibilitaram metamorfoses regressivas e veladas, mas nem sempre nos estatutos civilizadores das relações sociais como o pluralismo, os direitos humanos etc.. No governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) a conjuntura relacionada à reforma gerencial no Estado brasileiro incluíam a reparação das fragilidades institucionais e, também a uma ressignificação qualitativa da sociedade civil que, muito mais ativa e politizada, se auto-organizaria em torno da gestão do bem-estar coletivo, fortalecendo o sujeito coletivo contra hegemônico. O que contribuiu, em parte, para desacelerar a ofensiva neoliberal, que teve, também, a contribuição das crises externas da economia mundial, mas não impediu sua presença que contou com a prioridade concebida pelo governo ao capital financeiro internacional e teve por estratégia de resistência por parte da classe proprietária nacional as recomposições acionárias e os fundos de pensão. As estratégias de resistência de um lado e do outro, o neoliberalismo ganhando institucionalidades e espaço na cultura política. A tendência reformista, também, está presente no governo que se segue liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com tendências programáticas neoconservadoras o que enfrentou críticas de alguns, abandono do partido por parte de outros e cautela por outros. Em meio a tensões novas iniciativas chegam ao governo no chamado “novo-desenvolvimentismo”, revelando a construção de um projeto na experiência, ou seja, no exercício prático da gestão pública.

Esse novo cenário foi acompanhado por três correntes: a primeira, inaugural da perspectiva novo-desenvolvimentista no Brasil, modelo alternativo, marcado pelo contrarreformismo e neoliberal; a segunda que fala da reinvenção do nacional-desenvolvimentismo, que dá ênfase ao papel regulador do Estado e à nova concertação entre capital-trabalho, por meio da centralidade conferida às políticas de pro-

moção de igualdades e oportunidades; a terceira corrente conhecida como social-desenvolvimentista defende a reversão de tendências estruturais do neoliberalismo, puxada por um reordenamento distributivo e que colocam as políticas sociais como eixo estruturante da política econômica (estímulo ao consumo de massa, transferência monetária, microcrédito, valorização do salário mínimo etc.), ou seja, está assentada na afirmação do mercado interno. Os defensores das diferentes correntes têm em comum a defesa da substituição da hegemonia neoliberal por um novo modelo de desenvolvimento onde haja conjugação do crescimento econômico, reafirmação da soberania nacional, reformulação do papel do Estado, choque distributivo etc.. O autor faz então uma análise do risco que estava presente na agitação política, técnica e metodológica que se fazia presente em torno do novo-desenvolvimentismo. Destaca, também, as peculiaridades das experiências nos Estados latino-americanos que, em algum momento, pareciam no caminho certo para a autonomia com relação às diretrizes econômicas emanadas dos organismos multilaterais e do centro capitalista, mas, na prática, o que se assistiu foram adaptações compatíveis com aquelas diretrizes.

O Brasil é um caso emblemático em suas iniciativas que pode se chamar de um neoliberalismo à brasileira, no qual se encontram aspectos como: novas formas que o Estado e a classe dominante encontram de se relacionar com as classes subalternas, pressupõem estratégias de enfrentamento às refrações da “questão social” diferentes daquelas praticadas na fase contrarreformista e outro aspecto está no invólucro ideológico do processo que conta com novos atores que, nas estratégias tentar eliminar “as contradições da base material da sociedade” garantindo legitimidade ao “governo”, promovem uma falsa ideia de “politização” das massas quando estas passam a optar pelo governo que é sensível às demandas das classes populares. Cumpridos os dois mandatos de Lula foi possível constatar pertinência na totalidade da primeira e parcialmente na segunda. A tese da “cooptação ideológica”,

que transforma o PT num “partido da ordem”, encontra ressonância em muitas das medidas que o governo Lula tomou e prosseguem no governo Dilma, sobre o que o autor argumenta não se tratar o desenvolvimento capitalista de uma adesão a ordem orgânica, nem do embrião partidário, mas o fato é que o que se dizia amadurecimento do partido trazia consigo a maior capacidade de empreender as dinâmicas do capitalismo financeirizado e com adaptações a uma programática que inova na concertação capital-trabalho, ainda que com um cariz conservador. O fato é que as inflexões políticas, institucionais, partidárias, ideológicas, culturais e econômicas ocorridas ao manter o essencial, estruturante e estrutural do neoliberalismo acabam por transformar qualquer mudança que queira em acessório institucional e político. Assim, o essencial das medidas permanece e favorece a perenização da lógica do desenvolvimento capitalista e do conceito conservador do desenvolvimentismo.

Nos governos Lula e Dilma o modo como se daria a concertação entre capital-trabalho que acabam por se constituir como uma marca singular dos governos federais petistas não foram suficientemente tematizadas nos planos de governo, contudo, seu anúncio se faz presente como uma marca em todos eles, criando expectativas e apreensões de todos os lados. É importante notar que, embora a experiência brasileira seja singular, no contexto das respostas que se deram nos últimos rompantes cíclicos da crise estrutural do capital, esta não é uma experiência insular. Desde antes da conjuntura iniciada no Brasil em 2003, os organismos multilaterais já vinham construindo estratégias de postergação dos movimentos de agudização da crise estrutural e tentado, de algum modo, evitar novas crises cíclicas. A experiência brasileira serve, assim, para confirmar as especulações que já vinham fazendo sobre os possíveis efeitos da reorientação do intervencionismo estatal sob o signo de uma “nova proteção social” sobre os impactos das crises em curso e das que se avizinhavam. A relação de extra dependência entre os países vinculados pelo desenvolvimento capita-

ISSN: 2238-9091 (Online)

lista mundializado fez com que o Brasil, a um só tempo, fosse influenciado e influenciasse as diretivas que se dariam em nível global. O autor continua a tratar da questão e destaca o fato de em 2004, “uma das principais conclusões da Comissão mundial Sobre a Dimensão Social da Globalização, constituída pela OIT, foi de que um nível mínimo de proteção social precisa ser aceito de forma incontestável como parte de um piso socioeconômico da economia mundial”; e, em 2009, esta iniciativa é lançada como uma das nove iniciativas conjuntas das Nações Unidas para enfrentar os efeitos da crise econômica, tendo por ideia central generalizar em escala global um patamar de proteção social de: acesso aos cuidados e saúde, segurança de renda para os idosos e pessoas com deficiência, benefícios para crianças (abono família) e segurança de renda combinada com regime de garantia de emprego público para os desempregados e os trabalhadores pobres.

No trabalho do Grupo Consultivo denominado Piso de Proteção Social para uma globalização equitativa e inclusiva, o Brasil é citado como “case” a ser seguido. Esse quadro nos mostra que a política social do neoliberalismo à brasileira é globalizada e, como tal, necessita ser analisada a partir de seus determinantes universais, particulares e singulares não se encontrando similares em escala mundial, justamente por apoiar-se num sincretismo que agrega a estrutura mercantilizada e privatista do período anterior com os ensaios técnicos (e políticos) trazidos pelas bases populares que acessam o Estado. O autor destaca dessa experiência uma importante característica que é a opção gerencial por sistemas públicos unificados, destaca também o fato de o Brasil conseguir acessar a vanguarda mundial em relação à política social no mundo pós-neoliberal. Contudo, assente esta modernização em bases estruturais com características coloniais, sendo que a nova arquitetura não abandona por completo o apelo ao solidarismo/voluntariado, mas o minimiza, supera as expectativas no campo do intervencionismo estatal, conferindo ao Estado tons modernos e aparentemente “progressistas”. A seguir, faz a crítica: toda-

via, a estrutura sem a proliferação de uma cultura de direitos, sem a politização das massas – que as levaria a apreender o significado das “responsabilidades estatais neste campo” para além da ótica liberal possibilita que daí se abra um fosso entre o tecnicismo-burocrático praticado pelo governo que invoca o recurso, a legalidade – até os limites do seu comprometimento coma as diversas frações da classe dominante – e uma cultura popular que trata de apreender as potencialidades que o novo momento lhe confere.

Vários analistas dessa conjuntura histórica concluem que o processo foi e tem sido deliberadamente arquitetado pelo governo com vistas a manter o controle da população e, ao mesmo tempo, alavancar sua legitimidade refletida até mesmo eleitoralmente. A essa crítica o autor assim se coloca: sem discordar da essência dessas análises, observa-se que, ainda que a programática social possa ser construída racionalmente pelo governo, esta não se dá sem tensões, antagonismos, contradições e ambiguidades – diferindo das apologias conspirativas e continua afirmando que mesmo que a abertura do espaço do poder político tenha propiciado a entrada de novos atores como representantes de movimentos sociais e sindicatos com vistas a “controlar” o potencial transgressor da classe trabalhadora, e a política social destinada a aumentar os dependentes da “assistência pública” como defende Mota (2008), a cooptação dominante desses quadros e grupos sociais nunca é absoluta, embora hegemônica na lógica burguesa. Continua, chamando a atenção para os impactos sociais e políticos do aumento gradual e acelerado do gasto social federal afirmando que os mesmos não podem ser analisados apenas pela ótica de moeda de troca em jogo clientelista, embora se reconheça relações de dominação e seus rebatimentos na dinâmica cotidiana, mas não se pode desconhecer que esses sujeitos estão imersos na realidade que lhes configura enquanto sujeitos históricos. Continua suas ponderações trazendo Yazbek (1999) ao diálogo com Mota diante da afirmação da mesma de que o processo histórico que “cria” sujei-

tos conscientes é um processo desorganizado, heterogêneo, plural, todavia não excluiu as possibilidades das experiências coletivas que podem ser impulsionadas pela política social.

Por fim, nesse terceiro capítulo, o autor chama a atenção para as sutis melhoras das condições de vida, ainda que sob os padrões minimalistas em que se assentam as políticas sociais dessa geração. E, sem se admitir um “romântico” afirma que estamos diante de um campo de possibilidades e não de garantias, e que o simples fato de a “possibilidade” ser colocada faz emergir, também, estratégias obstaculizantes à sua concretização, reconhecendo ser um aspecto inalienável da luta entre as classes e suas frações e um efeito – no caso da politização das massas que nem o tecnicismo governamental nem o fatalismo das análises unilaterais conseguem prever. Caminha para a conclusão do capítulo destacando: o reordenamento das políticas sociais no Brasil de neoliberalismo à brasileira, não pode ser entendido apenas como estratégia de reposicionamento do processo de acumulação em novas bases. Ele diz respeito também à recomposição do bloco no poder, por meio das fissuras que se criam pelas próprias contradições internas do capital plasmado no Estado. A preferência dada ao capital nacional e, por consequência, à burguesia interna, a partir da metade do primeiro governo Lula, foi uma estratégia política das mais ousadas, pois permitiu recompor a unidade do bloco com seu bloco antagonista, revelando à sociedade brasileira a existência dessas contradições e fissuras no âmbito do Estado, antes vistas apenas por um grupo seleto de “políticos”, “empresários”, “intelectuais” etc., o que explica em parte a “sensação de que nunca houve tanta corrupção no Brasil como agora”. Portanto, somos interpelados como sujeitos históricos a atuar neste campo minado de contradições cujas possibilidades de enfrentamento passam pela ultrapassagem das aparências que escamoteiam o fato de que entre as políticas sociais e seu “objeto” há um enorme fosso, que é o próprio caráter estrutural da geração da pobreza e subalternidade de seus usuários.

No quarto capítulo o autor vai tratar do Serviço Social nas tramas do neoliberalismo à brasileira: passado, presente e futuro e assim distribui os tópicos e análise: 1. Serviço Social e Sociedade?; 2. Das origens às tentativas de ressignificação; 3. Construções pós-intenções de ruptura; 3.1 Análises críticas sobre a reestruturação produtiva e a recomposição do pensamento liberal; 3.2 Análises críticas sobre a contrarreforma; 3.3 Análises críticas sobre o terceiro setor; 3.4 Análises críticas sobre a assistência e a proteção social; 4. Neodesenvolvimentismo (?) e o projeto profissional: ameaça ou possibilidade?

Embora seja um capítulo que trata do Serviço Social, ousar dizer que grande parte das questões tratadas são inspiradoras tanto para o profissional de Serviço Social que atua na área da assistência social como em outras áreas, como são inspiradoras e esclarecedoras para todos os profissionais que atuam especificamente na assistência social. Não é privativo do Serviço Social o debate teórico e a disputa por projetos profissionais, ainda que no Serviço Social seja uma questão muito intensa, cercada por teses diversas muito bem exploradas pelo autor que, como não poderia deixar de ser, retoma a década de 1930, época do capitalismo monopolista, da migração do homem do campo para a cidade e da vinda de imigrantes para o Brasil. Trata-se de um quadro facilitador para o reconhecimento e para o surgimento do Serviço Social, e, posteriormente, para a formalização institucional da profissão pelo Estado sempre chamado nos diferentes ciclos de crise, de caos social.

A partir de então, o que se constata é uma atuação que busca se apresentar asséptica, acima das classes, quadro em que o conservadorismo e tradicionalismo avançam se soma aos movimentos de resistência as ditaduras, presente no Brasil e em outros países da América Latina, o que tem como marco o Movimento de Reconceitualização, quando é possível identificar algum nível de convergência em relação ao considerado “inimigo comum”, sendo que a “virada” da hegemonia só irá acontecer a partir do Congresso Brasileiro de As-

sistentes Sociais, em 1979. Trata-se de marco da hegemonia onde se encontra presente o ativismo político, as divergências quanto a um referencial teórico crítico.

Assim, da gênese à “reconceituação” há um avanço significativo no que tange a incorporação de categorias que se invocam como recurso subsidiário tanto às análises que se fazem, quanto às práticas que empreendem – uma não sobrevive sem a outra –, contudo, as escolhas dessas categorias – feitas com base na confluência histórica – acabam por ter prevalência nas requisições de autoconhecimento, autojustificativa e acomodação da profissão na divisão social do trabalho, entendida como um grupo social específico com funções determinadas e relacionadas ao “funcionamento” da sociedade em seu conjunto, encerrando como centrais categorias que lidam diretamente com as manifestações evidentes da realidade social com as quais a profissão se relaciona. O que faz da profissão uma corporação num Estado corporativo. Estado esse que não é tido como “categoria” ou como “objeto de interesse científico”, mas, sim, como um ente social, materialmente incorporado à dinâmica societal. De um lado, permaneceram vivas as tendências tradicionalistas que tiveram no Estado corporativo-burguês sua principal fonte de legitimação, o que conferiu fôlego ao projeto profissional conservador para que se perpetuasse em conformidade à própria perpetuação desse tipo de Estado. Por outro lado, os segmentos profissionais que foram aos poucos incorporando e mantendo a ortodoxia da agenda social revolucionária no interior da profissão pouco se dispõem a “pensar” o Estado. Suas atenções se voltam ao combate que leve à sua destruição. A ditadura civil militar vive seus momentos de crise, ao mesmo tempo em que movimentos populares se revitalizam.

O contexto brasileiro repôs o debate sobre o “Estado” em novas bases, influenciada pelo ressurgimento da sociedade civil ao cenário, agora não mais como um aglomerado de grupos distintos unidos pela “solidariedade” no cumprimento de suas funções sociais, por diferen-

tes grupos sociais que se identificavam por uma solidariedade de classes. O novo cenário permite a criação de centrais sindicais, partidos políticos (como o PT, em 1980). Constata-se, então que a autoidentificação dos grupos sociais pela democracia como Sociedade Civil levam ao reconhecimento do Estado como um espaço de tensões e conflitos, capaz de assimilar os interesses dos segmentos populares, fazendo valer suas aspirações em forma de direitos e políticas públicas. A atenção ao Estado se volta para sua função de atendimento a essas demandas, cada vez mais democratizadas pelo aumento de permeabilidade do Estado a elas, sempre com muita luta popular. A Constituição Federal de 1988 consolida essa perspectiva, pois não só registra a obrigação estatal em prover o acesso aos direitos por meio de bens e serviços públicos como também aponta diretrizes para a democratização do Estado. Esse cenário põe um dilema para a profissão e divide posições em relação a reconhecer a existência ou não do Estado, e o debate que se trava acaba por não aprofundar um debate sobre o Estado que queremos ter. O autor faz um importante resgate bibliográfico de reconhecidos profissionais que vem discutindo, cumprindo com seu propósito de evidenciar no tema as proximidades e não necessariamente a divergência, que merecem uma leitura atenta.

Outra contribuição trazida pelo autor envolve a reestruturação produtiva um dos fenômenos mais significativos, por ser estrutural, da passagem do século XX para o XXI. Trata-se de processo que incide em transformações substantivas na esfera das relações de produção e, por extensão, na reprodução dessas mesmas relações em seus aspectos materiais e imateriais. Busca para enriquecer o debate fazer a interlocução com pensadores clássicos e Escolas reconhecidas. Destaca Keynes e seus questionamentos em relação a alguns pressupostos clássicos e neoclássicos da economia política, enfocando que sua teoria se mostrou viável para postergar os constrangimentos causados pela crise (1940, 1950, 1960). Trata-se de alternativa no escopo do próprio capitalismo e que se aplicaram a estruturação dos

Estados de Bem-Estar quanto da economia social de mercado, pós Segunda Guerra Mundial. Enfatiza tratar-se de estruturas nunca vistas com bons olhos pelos defensores do *laissez-faire* que, mesmo com a pretensa hegemonia keynesiana, nunca desistiram de buscar formas de recompor a “ortodoxia” liberal num mundo que se inclinava, mesmo timidamente, aos apelos morais de atendimento a necessidades sociais como responsabilidade coletiva pública, o que apontava mudanças sistemáticas e de fundo aos desenhos e configuração dos Estados Nacionais. Assim, núcleos irradiadores dessa tentativa de reagir redundaram no neoliberalismo. O autor reitera sua constatação sobre a reestruturação produtiva, que apresenta uma ampla base de legitimação que reforça a modernização conservadora inspirada pelos clássicos do liberalismo convergindo ao neoliberalismo e interpelando frontalmente toda a classe trabalhadora. Por isso mesmo, é o fenômeno estrutural do desenvolvimento capitalista desde as últimas décadas do século XX até os dias atuais. Conclui dizendo que a reestruturação produtiva incide na diversificação das formas de enfrentamento às refrações da “questão social” e, com isso, na morfologia da política social, por, em última análise, propor alterações nos desenhos de Estado com vistas a aprimorar suas funções como agente indutor do desenvolvimento e da acumulação capitalista.

Ao fazer a análise crítica da contrarreforma, destacam-se no Brasil as produções e o que elas nos mostram: a guinada histórica de consolidação do regime democrático burguês brasileiro que, após o período de autocracia, se fez acompanhar da implantação do desmonte neoliberal que – sob o comando de um grupo de “intelectuais” liberais travestidos de sociais democratas – impôs ao país um conjunto de medidas regressivas que redundaram tanto na “desestruturação do Estado quanto na perda de direitos” para o conjunto da classe trabalhadora, conforme coloca Behring (2003); evidenciam as tensões que se acirram no contexto do avanço da mundialização do capital entre as pressões pela desterritorialização advindas do capitalismo central e

dos organismos multilaterais e a sobrevivência/resistência de alguns interesses nacionais dos países que são submetidos ao ajustamento neoliberal. O modo como tais tensões se refletem na dinâmica interna dos Estados nacionais fica por conta da análise que realiza sobre a consequente perda de direitos e o adjacente desmonte das políticas públicas, em especial as de seguridade social.

Dando continuidade as suas análises, destaca críticas ao terceiro setor e as ambiguidades em torno do tema e do conceito e do seu rebatimento, ou seja, implica no reordenamento das políticas sociais potencializando a já presente tendência de focalização, privatização e descentralização. Os elementos trazidos dialogam com Montaño (2003) que chama a atenção para a necessidade da retomada cuidadosa do termo “sociedade civil” que precisa considerar a dinâmica conflitiva da luta de classes e por consequência, suas possibilidades “emancipatórias” de um projeto alternativo do capital. Continuando suas análises críticas, o autor chega à assistência e a proteção social destacando que os interesses que a classe subalterna consegue imprimir no escopo das políticas sociais quando as tencionam pode levar os patamares civilizatórios de sua reprodução, mas não são suficientes para impulsionar uma reversão substantiva nas relações de poder e dominação. As particularidades da constituição do Estado brasileiro contribuem para a explicação do modo como a “proteção social” ingressou de modo tardio e específico na ossatura do Estado como bem público. O fato de não ter se alcançado padrões de desenvolvimento que levasse a instituição de um Estado de Bem-estar Social – e esses padrões não se relacionem apenas com o campo econômico –, as políticas sociais, por aqui, sempre foram componentes estratégicos das revoluções burguesas e do transformismo conduzidas pela classe dominante.

No item neodesenvolvimentismo (?) e o projeto profissional: ameaça ou possibilidade?, o autor destaca que a universalização das políticas sociais aos moldes do que foi alcançado por alguns Estados Sociais europeus nos “trinta anos gloriosos” (1945–1975) nunca chegou a se apro-

ximar da nossa formação social. Portanto, mesmo que as aspirações da generalização dos direitos sociais possam constar em trechos da Constituição Federal de 1988, sempre foi uma expectativa e nunca uma realização. As ambiguidades presentes na cena política brasileira dos anos “constituintes” redundaram na prevalência do conservadorismo.

Analisando as fases do neoliberalismo a brasileira é possível dizer que na primeira, não eram os programas sociais existentes que eram focalizados, mas sim, a própria política social; na segunda fase a política social é alçada ao seu máximo potencial econômico, como elemento partícipe-estrutural do “novo modelo” de desenvolvimento alicerçada na ampliação dos mercados consumidores. A transferência monetária é seu carro-chefe. Desse modo, passou a prevalecer no discurso oficial uma crítica à focalização residualista-estrutural do período anterior (FHC), pois o que se projeta é a implantação em massa de políticas “e indução ao desenvolvimento socioeconômico”, que se associam a programas pontuais focalizados e à própria transferência monetária. A tensão entre focalização e universalização é mais presente no governo Lula que em seus antecessores, o que se deve ao fato de o governo ter permitido a criação, em seu interior, de modelos sistêmicos de gestão unificada de diversas políticas sociais. A fase três se dá no gerencialismo tecnocrático do governo Dilma, quando a tensão – refletida nas disputadas pelo orçamento público é relativamente suplantada. Ou seja, a lógica dos sistemas unificados, que parecia caminhar para a construção de um sistema de proteção social amparado pelo estatuto dos direitos e da cidadania, é subvertida pelo imperativo das políticas de ativação a la workfare. Sob essa ótica, o mercado se renova como ente sociabilizador através das atividades laborais, sendo os “beneficiários” dos programas sociais para ele conduzidos. A política social perde gradativamente sua autonomia relativa, sendo reduzida a um trampolim para o mercado, e reduz o potencial generalizador dos direitos sociais via sistemas unificados a meros instrumentos de gestão.

O autor trava uma rica interlocução com os mais diferentes autores/pensadores da área social para falar de categorias e concepções com as quais nem sempre concorda e aponta para a necessária confluência, para o caráter coletivo do projeto partindo do entendimento de que o coletivo maior está no entendimento de pertencimento a uma classe trabalhadora.

À guisa de conclusão destaca-se a seguinte consideração feita pelo autor: Com todos esses elementos, o objeto central, que pareceu se perder em meio a extensos argumentos, apresenta sua unidade conceitual na construção da problemática mesma do Estado. Todos os argumentos estão referidos a ela. É a partir dela que se configura a construção do pensamento social racional, configurando “ciências” que dela se ocupam; é em nome dela que a ideologia e a sociabilidade do desenvolvimento capitalista ocorrem, possibilitando grande parte da legitimidade que a sociedade lhe confere; é nela que são encontrados os principais elementos do movimento de continuidades e rupturas das transformações societárias mais amplas que reconfiguram a luta de classes e suas frações e é por ela que passam as mediações de primeira ordem que confrontam o entendimento sobre a natureza e os sentidos da profissão, bem como a direção social do projeto profissional.

Referências

BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e “questão social” crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTA, A. E. Questão Social e Serviço Social: um debate necessário. In: MOTA, A. E. (org). *O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2008a.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1999

Nota

- 1 Assistente social. Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Vice-presidente do Centro Brasileiro Cooperação Intercâmbio Serviços Sociais (CBCISS). É atualmente professora no Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, Brasil. ORCID: 0000-0002-9550-7829. E-mail: mesquita.heloisa@gmail.com